

PRECONCEITO E INTOLERÂNCIA LINGUÍSTICA: REFLEXÕES LEXICAIS SOBRE PALAVRAS DE ORIGEM AFRICANA E INDÍGENA

Queite Diniz dos Santos da SILVA¹
PROFLETRAS– UFPB
queitediniz@hotmail.com

Roseane Batista Feitosa NICOLAU²
PROFLETRAS –UFPB
Rosenicolau.ufpb@gmail.com

RESUMO: A história, a língua e a cultura da população negra e indígena influenciaram de maneira significativa a língua portuguesa falada e escrita no Brasil. Contudo, o preconceito e a intolerância observada, por algumas palavras de origem africana e indígena no contexto social e educacional, pelo processo histórico ou desconhecimento do léxico, ainda é um desafio a ser superado. Este estudo tem por objetivo refletir como a inserção da história, da cultura e do léxico de palavras de origem africana e indígena no processo de ensino-aprendizagem pode desmistificar o preconceito e intolerância na fala e na escrita de algumas dessas palavras. Assim, o presente trabalho apoia-se nos pressupostos da lei 11.645/08, que inclui o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no ambiente educacional e na visão decolonial no ensino da língua portuguesa, adotando um olhar crítico, fundamentado em autores como Quijano (2005), que desenvolveu o conceito de colonialidade do poder. Esse estudo apresenta uma reflexão sobre estudos teóricos, planejamento e execução de oficinas pedagógicas contextualizadas com a cultura de algumas palavras de origem africana e indígena e análise dos resultados positivos alcançados. Para tanto, esse estudo também foi fundamentado em Bagno (2007), Leite (2012), Nascimento (2019) e Lisboa (2022), que apresentaram preocupação relevante sobre o tema proposto.

Palavras-chave: Preconceito Linguístico; Intolerância linguística; Negro; Indígena; Lei 11.645/08.

LINGUISTIC PREJUDICE AND INTOLERANCE: LEXICAL REFLECTIONS ON WORDS OF AFRICAN AND INDIGENOUS ORIGIN

ABSTRACT: The history, language and culture of the black and indigenous population significantly influenced the spoken and written Portuguese language in Brazil. However, the prejudice and intolerance observed by some words of African and indigenous origin in the social and educational context, by the historical process or ignorance of the lexicon, is still a challenge to be overcome. This study aims to reflect how the insertion of history, culture and lexicon of words of African and indigenous origin in the teaching-learning process can

¹ Mestra em Letras pelo Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS, da Universidade Federal da Paraíba.

² Professora Associada IV da Universidade Federal da Paraíba - Campus IV.

demystify prejudice and intolerance in the speech and writing of some of these words. Thus, the present work is based on the assumptions of law 11.645/08, which includes the teaching of Afro-Brazilian and indigenous history and culture in the educational environment and decolonial vision in the teaching of the Portuguese language, adopting a critical look, based on authors such as Quijano (2005), which developed the concept of coloniality of power. This study presents a reflection on theoretical studies, planning and execution of pedagogical workshops contextualized with the culture of some words of African and indigenous origin and analysis of the positive results achieved. This study was also based on Bagno (2007), Leite (2012), Nascimento (2019) and Lisboa (2022), who presented relevant concerns about the proposed theme.

Keywords: Linguistic Prejudice; Language intolerance; Black; Indigenous; Law 11.645/08

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As culturas negra e indígena propiciaram uma rica contribuição vocabular na construção da língua portuguesa do Brasil. Por reflexo da história desse povo, a herança linguística está presente nas várias esferas sociais, a exemplo de nomes de cidades, de alimentos, nas religiões, nos enredos das escolas de samba, nas expressões populares, nos nomes próprios, entre outros.

No entanto, a forma como falamos ou recepcionamos a língua portuguesa falada no Brasil sofre com formas veladas – ou não – de preconceito e intolerância linguística, relacionadas a palavras da etnia negra e indígena, seja pelo contexto histórico relacionado a esse povo ou pela ausência da inclusão de práticas pedagógicas inseridas no contexto escolar.

Nesse contexto, esse estudo se justifica a partir da lei 11.645/08 – que inclui o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no ambiente educacional –, da demanda do preconceito e da intolerância observada no contexto social e educacional, e ainda, da perceptível quase ausência de investigações relacionadas a essa colaboração lexical, evidenciando um grande abismo entre a contribuição e valorização dessas línguas na “língua brasileira”. Por isso, defendemos a necessidade de fomentação dessa discussão no ambiente escolar, num processo de descolonização linguística.

Dessa forma, objetivamos refletir como a inserção da história, cultura e do léxico de palavras de origem africana e indígena no processo de ensino-aprendizagem pode desmistificar o preconceito e intolerância na fala e na escrita de algumas dessas palavras.

Para esse fim, fundamentamos essa discussão em Bagno (2007), que discorre com maestria sobre o preconceito linguístico, em Leite (2012), que trata do preconceito e intolerância na linguagem, em Nascimento (2019), que apresenta reflexões sobre o racismo linguístico na linguística aplicada, Lisbôa (2022), que expõe o racismo linguístico sob uma comunidade indígena e Quijano (2005), quando argumenta que a colonialidade opera por meio da produção de conhecimento, da língua e das relações sociais.

E no que se referem aos procedimentos metodológicos, debruçamo-nos sobre estudos teóricos relevantes sobre a temática, planejamos e adotamos práticas pedagógicas por meio de oficinas dinâmicas e significativas com tema voltado para a cultura indígena e africana, inferindo a aceitação e apreensão de conhecimento na comunidade escolar supracitada.

Nessa perspectiva, este artigo expõe, na primeira seção, as considerações iniciais. Já na segunda seção, versa sobre o preconceito e a intolerância na língua portuguesa do Brasil; na terceira seção desenvolve abordagens sobre a motivação, intervenção e práticas de ensino da nossa discussão; e na quarta seção, traz um olhar sobre a intervenção realizada; além das considerações finais que resumem nossas reflexões e criam perspectivas interventivas.

2 A LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL: PRECONCEITO E INTOLERÂNCIA

A língua portuguesa construída ao longo dos anos é usada de forma muito diversa no Brasil. Cada região, estado, inter-regiões, cidades vão fazer o uso da língua de maneira muito particular e criativa, considerando suas tradições, tanto na oralidade quanto na escrita. E, dessa forma, irão reproduzir usos culturalmente reconhecidos e identificados, tais como a

língua africana e a indígena. Todavia, essa diversidade, sistematicamente, não é sempre benquista, bem-vista ou bem-respeitada no meio social, quando ainda ocorrem situações de preconceito, negação e intolerância de todas as formas, tanto no uso ou conceituação pejorativa com as palavras de origem africana e indígena, quanto do uso exacerbado de palavras que representam racismo, preconceito, discriminação e intolerância com a história, com a língua e com a cultura negra.

Em primeira análise, os termos “preconceito” e “intolerância” podem parecer sinônimos, porém Leite (2012), em seu estudo sobre Preconceito e Intolerância na Linguagem, afirma que ‘preconceito’ é a ideia, a opinião ou o sentimento que pode conduzir o indivíduo à intolerância que, por sua vez, é a atitude de não admitir opinião divergente e, logo, a atitude de reagir com violência ou agressividade a certas situações, nas quais a interpretação intolerante camufla preconceitos de todas as ordens. Isso significa que o preconceito ou a intolerância não são somente linguísticos, mas também de ordem social, política, religiosa, racial, entre outras (Leite, 2012).

Por essa ótica, verificamos, ao longo dos nossos estudos, que muitos desses preconceitos e dessas intolerâncias são combatidos diariamente, porém o preconceito e a intolerância linguística parecem-nos não ser prioridade social, talvez pela forma velada como estes são disseminados ou por falta de políticas pedagógicas adequadas. Tal verificação, também é observada por Bagno (2007, p. 13), em sua obra *Preconceito linguístico*, quando diz:

Parece haver cada vez mais, nos dias de hoje, uma forte tendência a lutar contra as mais variadas formas de preconceito, a mostrar que eles não têm nenhum fundamento racional, nenhuma justificativa, e que são apenas o resultado da ignorância, da intolerância ou da manipulação ideológica. Infelizmente, porém, essa tendência não tem atingido um tipo de preconceito muito comum na sociedade brasileira: o preconceito lingüístico.

Assentimos com Bagno (2007) que o preconceito social linguístico precisam de mais

atenção nas políticas educacionais, pelas constantes ocorrências, fruto da ignorância educacional e da falta de investimento, logo, precisam ser urgentemente estudados e combatidos.

Esse preconceito social e linguístico, forçado pelas políticas impostas ao longo da história está presente na forma da pronúncia em contextos pejorativos, na significação equivocada, na negação, na intolerância do fato de sequer quererem pronunciar certas palavras por acreditarem ser constrangedor ou atraírem o mal nas palavras de origem indígena e africana, a exemplo até mesmo da palavra “negro (a)”, como observa Nascimento (2019) em seu livro *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*:

É na língua que a negação passa a primeiro existir. O “eu não sou negro, sou moreno”, ou “você não é negro” são formas de se admitir a concessão de um espaço de negação produzido e imposto pela branquitude. Ou seja, a língua que racializa é a que constrói um ensejo de nomear para racializar. Ou também racializar para nomear. (Nascimento, 2019, p. 25-26)

Essa negação se apresenta histórica desde os primórdios das primeiras discussões linguísticas do nosso país, que imperam até os dias atuais ao constataremos as condições impostas, aos indígenas e aos negros, e a toda uma população de uma língua importada e obrigada ao uso pleno num país, conforme denuncia o estudo de Lisboa (2022), em *Racismo linguístico e os indígenas Gavião na universidade: língua como linha de força do dispositivo colonial*:

O Diretório dos Índios, instituído em 1757 pelo Marquês de Pombal, legaliza a obrigatoriedade do português com aplicação de prisões e torturas para os que resistissem à língua portuguesa e teimassem em usar outra língua nas mais diversas práticas sociais – escolas, espaços públicos, nas práticas burocráticas e oficiais. A catequese da igreja católica foi outra estratégia sistematicamente utilizada para fortalecer esse projeto linguístico de purificação e embranquecimento dos indígenas. (Lisboa, 2022, p.184)

Leis impostas patrocinaram para a situação de preconceito e intolerância, hoje externada por uma grande parte da população brasileira. Também pela não sensibilidade educacional, pela educação imposta nas escolas, pelos livros didáticos que não contemplam essas abordagens e que vão eternizando a problemática linguística, presenciada até hoje.

Subscrevemos com Bagno (2007), Leite (2012), Nascimento (2019) e Lisboa (2022) que essa percepção, essa sensibilidade, se não começa na sociedade por si só, deve ser atendida, monitorada e trabalhada na escola pelos professores, como conteúdo prioritário e contínuo contra toda forma de preconceito e intolerância confirmados não só na questão da linguagem indígena, mas, sobretudo da linguagem afro-brasileira, que é a mais atacada, mais criticada e mais ainda marginalizada no contexto atual. E, dessa forma, desnudar os preconceitos e intolerâncias praticados diariamente no campo social e escolar ainda pouco explorado nas escolas e universidades, torna-se urgente.

Subscrevemos também com Quijano (2005) sobre a visão decolonial, percebemos que, através do ensino da língua portuguesa, podemos romper com a narrativa eurocêntrica que historicamente dominou a educação no Brasil.

Sabemos que a língua carrega marcas da colonização, que invisibilizaram as contribuições indígenas e africanas na formação do português brasileiro. Para superar essa perspectiva, é necessário adotar um olhar crítico, fundamentado em autores como Aníbal Quijano (2000), que desenvolveu o conceito de colonialidade do poder. Quijano (2000) argumenta que a colonialidade não se encerrou com o fim do colonialismo formal, mas continua a operar por meio da produção de conhecimento, da língua e das relações sociais. No ensino do português, essa colonialidade se manifesta na valorização exclusiva da norma culta e na marginalização de variedades linguísticas de matriz indígena e africana. Termos como “jeitinho”, de origem tupi, ou “cafuné”, de origem quimbunda, são exemplos de como

essas influências são frequentemente ignoradas na educação formal.

A Lei 11.645/08 (Brasil, 2008) representa um avanço na desconstrução do apagamento das tradições e aspectos linguísticos dos indígenas e africanos, ao exigir a inserção da história e cultura indígena e afro-brasileira na base curricular das escolas brasileiras.

No ensino de língua portuguesa, isso significa reconhecer as contribuições de povos originários e africanos na formação do português do Brasil, abordando não apenas a gramática normativo-descritiva, mas também os contextos históricos e culturais que moldaram a língua.

Uma abordagem decolonial no ensino do português implica questionar e criticar a hierarquia linguística imposta pela colonização e valorizar a diversidade e variedade linguística do Brasil, de modo que objetive uma contribuição para a formação de estudantes críticos, capazes de compreender e entender a língua não apenas como um sistema de regras, mas como um reflexo das relações históricas e sociais do país. Dessa maneira, o ensino da língua portuguesa pode se tornar um instrumento de resistência, identidade e inclusão.

3 MOTIVAÇÃO, INTERVENÇÃO E PRÁTICAS DE ENSINO

A motivação para essa discussão se deu por observações durante nossa trajetória escolar e de vida, quando percebemos muito preconceito e intolerância em relação às palavras de origem africana e indígena em contextos diversos tanto no meio social, quanto em discussão escolar e até mesmo por profissionais da educação. Nesse viés, nossa intervenção em sala de aula se deu com uma turma de quinto ano de uma escola pública Municipal do Ensino Fundamental em Paulista, no estado de Pernambuco. Iniciamos nossa intervenção em uma aula expositiva sobre a cultura brasileira em relação à culinária, aos costumes, à religiosidade,

entre outras temáticas. Nesta aula, algumas falas foram proferidas de forma negativa em relação às culturas negra e indígena, sobretudo à negra.

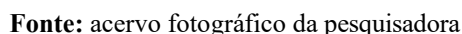
Nesse mesmo momento, no período do Carnaval (ano de 2025), notícias tomaram as redes sociais e os telejornais em referência a algumas Escolas de Samba que homenagearam a história e a cultura africana e foram prejudicadas por jurados que deram notas mais baixas para os Enredos dos Sambas, simplesmente por não terem conhecimento do léxico de alguns termos e expressões utilizadas, mesmo com a presença de um glossário enviado pelas próprias escolas. Tudo isso reflete muito bem a lacuna desse estudo e as marcas da colonização.

Em vista disso, como professora-pesquisadora do Mestrado Profissional de Letras (PROFLETRAS), planejamos algumas oficinas pedagógicas para trabalhar e ampliar o conhecimento sobre a presença de palavras de origem africana e indígena.

O primeiro momento se deu com a explanação sobre a história, a cultura, a culinária e a religiosidade dos povos indígenas e afro-brasileiros com imagens do livro didático na disciplina de história e de *slides* compondo um pouco dessa história afro-indígena. Nesse momento, por comentários na discussão da importância dessas culturas para a sociedade atual, percebemos algumas falas inocentes com teor preconceituoso e até mesmo intolerante em relação a algumas palavras de origem indígena e africana. Provavelmente, por falta de conhecimento e por ouvir falas costumeiras de outros adultos que fazem parte do contexto da vida dessas crianças.

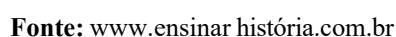
Num segundo momento, resolvemos fazer um ditado do conhecimento popular com algumas palavras de origem indígena e africana. O resultado se deu com características de inocência e de algum preconceito, como já esperávamos.

Conforme, imagem abaixo:



De acordo com o cartão africano abaixo:

Quadro 1: palavras de origem africanas



Quadro 3: falas da internet



Fonte: X (antigo Twitter).

E só no quinto e último momento, discutimos sobre as leituras realizadas, as informações exibidas e as respostas das atividades anteriores, com avaliação positiva do projeto, dando oportunidade de falas para a construção de um conhecimento informativo e respeitoso para com todas as culturas, religiões e linguagem dos povos brasileiros.

4 UM OLHAR SOBRE A INTERVENÇÃO REALIZADA

Por meio da exposição da história, da cultura e da religião africana e indígena, das leituras, das discussões, das atividades realizadas, e da nossa prática contínua nas oficinas, já na primeira atividade, identificamos a superficialidade e, muitas vezes, a distorção no léxico conhecido pelos estudantes no que se refere aos termos de origem indígena e africana.

Nesse contexto, estudantes trouxeram falas e interpretações equivocadas e sem nenhum respeito construtivo desses povos de tamanha relevância para a nossa cultura brasileira. Exemplos disso incluem o uso de: mandioca (associada apenas a um doce), Guarani (compreendido como um lugar), Axé (reduzido a um gênero musical), Caatinga (relacionado a mau cheiro ou a uma pessoa fedida), senzala (entendida como um nome próprio), macumba (associada a “maconheiro” ou a algo ruim feito contra os outros), candomblé (visto apenas como uma dança), maracatu (também reduzido a uma dança), Exu e Xangô (demonizados como “coisa do diabo”) ou mesmo a recorrente resposta “não sei, não posso falar”.

A colonização europeia impôs ao povo brasileiro um modelo cultural e linguístico que, de alguma forma, marginalizou saberes e tradições dos povos indígenas e africanos. Palavras tanto de origem indígena, quanto de origem africana – como as relatadas acima – sofrem ataques de marginalização e desvalorização, principalmente as de origem das religiões de matriz africana, que são constantemente associadas a estereótipos negativos, entre outras frequentemente banalizadas e utilizadas pejorativamente, sem o reconhecimento de sua riqueza linguística e contribuição cultural.

O escritor indígena Daniel Munduruku (2012), no livro *O caráter educativo do Movimento Indígena brasileiro*, ressalta a importância da valorização da língua indígena, da cultura desses povos originários no Brasil. Ele defende – e nós assentimos – que respeitar as palavras indígenas não é apenas uma pauta linguística, mas um passo fundamental para

reparação histórica e para o fortalecimento das identidades indígenas no Brasil de hoje. E na defesa do caráter educativo do Movimento Indígena brasileiro conclui que

Talvez a maior contribuição que o Movimento Indígena ofereceu à sociedade foi o de revelar – e, portanto, denunciar – a existência da diversidade cultural e linguística. O que antes era visto apenas como uma presença genérica passou a ser encarado como um fato real, obrigando a política oficial a reconhecer os diferentes povos como experiências coletivas e como frontalmente diferentes da concepção de unidade nacional. (Munduruku, 2012, p. 222)

É na defesa dessa diversidade cultural e linguística, na ampliação dessa discussão, assim como no que está pautado na lei 11.645/08, que argumentamos para a importância de levar essa reflexão para uma maior inserção tanto da história dos povos originários quanto para as palavras originárias desse povo, na tentativa de desmitificar o preconceito e intolerância na fala e escrita dessas palavras.

Outro estudo importante está em Castro (2001), por meio de sua obra *Falares Africanos na Bahia*, que reflete sobre a história, o léxico e a influência das muitas línguas africanas no português falado no Brasil, mas também como essa rica influência é frequentemente ignorada e, muitas vezes, tratada como linguagem sem relevância cultural, na qual coloca o português europeu como norma superior. E, a partir dessa reflexão, percebemos a necessidade de modificarmos o ensino e a difusão da língua portuguesa no Brasil, com um processo de descolonização linguística.

Assim, esse cenário revela não apenas uma lacuna de conhecimento, mas todo um apagamento histórico e cultural que reflete a colonialidade do saber, conceito central na perspectiva decolonial de Aníbal Quijano. A imposição de uma hierarquia entre culturas, ao longo da colonização, gerou um imaginário em que elementos das matrizes indígenas e africanas são marginalizados ou ressignificados de forma negativa.

No entanto, acreditamos que, por meio da participação ativa em rodas de leitura e de

conversa, da exposição a diferentes vozes e narrativas e de atividades de significação contextualizada, os alunos passaram a se apropriar desse conhecimento de maneira mais crítica e consciente. Esse processo os tornou mais à vontade para discutir os preconceitos e as intolerâncias enraizadas neles próprios, em suas famílias, na comunidade e na sociedade como um todo. Assim, foi possível desmistificar a ideia de que a linguagem e os referenciais culturais do outro são inferiores, perigosos ou negativos, promovendo uma visão mais plural e respeitosa da diversidade linguística e cultural do Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir a intolerância e o preconceito enraizados na sociedade brasileira, ainda é uma necessidade atual e urgente, nas escolas brasileiras. Portanto, a partir de todo o exposto, concluímos que podemos iniciar esta discussão nas aulas de língua portuguesa. Mesmo que nos reconheçamos como um país marcado pela miscigenação e pela pluralidade cultural, ainda persistem visões que marginalizam o indígena e o afro-brasileiro, reforçando as desigualdades que são históricas. Precisamos perceber que racismo, discriminação religiosa, xenofobia e intolerância em relação a diferentes formas de existência são atitudes sustentadas por um sistema que perpetua privilégios e exclusões.

A intolerância, muitas vezes, manifesta-se na linguagem de várias formas: nas políticas públicas, nos espaços de poder e até mesmo nas interações mais simples do dia a dia. Muitos termos e expressões carregam significados que desvalorizam culturas indígenas e africanas, reflexo de um processo histórico de apagamento e inferiorização dessas identidades. Essa construção simbólica é herança da colonialidade (Quijano, 2005), que ainda opera na maneira como pensamos, falamos e até organizamos nossa sociedade.

Para transformar essa realidade, é fundamental criar espaços de debate e reflexão

crítica, nos quais a educação desempenha um papel central. O reconhecimento da diversidade como um valor essencial da nação brasileira deve ser promovido por meio de práticas pedagógicas que valorizem a história e as contribuições dos povos indígenas, africanos e de outras matrizes culturais. Essas ações são essenciais para desconstruir estereótipos e combater a intolerância.

Mais do que apenas identificar o problema, é preciso agir. Garantir políticas públicas inclusivas, ampliar espaços de escuta e reformular discursos discriminatórios são passos decisivos para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A diversidade não pode ser motivo de exclusão, mas deve ser compreendida e celebrada como um dos maiores patrimônios do Brasil.

Nesse sentido, é indispensável pensar em intervenções pedagógicas que sejam anti-preconceituosas, anti-intolerantes e antirracistas, considerando o caráter dinâmico da sociedade e a necessidade de uma educação transformadora. Este estudo, ao abordar essas questões, contribui para aprofundar investigações no campo da linguística aplicada. Além disso, busca desmistificar os preconceitos e a intolerância presentes na linguagem associada às culturas africanas e indígenas, especialmente entre um grupo em idade produtiva. Em síntese, acreditamos que o objetivo foi alcançado e evidenciado pelas oficinas realizadas, pelo diálogo construtivo estabelecido e pelas reflexões provocadas ao longo do processo.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz?** São Paulo: Edições Loyola, 2007.

BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília.

CASTRO, Yeda Pessoa. **Falares africanos na Bahia – um vocabulário afro-brasileiro**. Rio de Janeiro. Academia Brasileira de Letras e Topbooks Editora. 2001.

DOMINGUES, Joelza Ester. **Ensinar História**. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/palavras-de-origem-africana-para-trabalhar-com-os-alunos/> - Blog: Ensinar História. Acesso em: 13 de març. 2025.

LEITE, Marli Quadros. **Preconceito e intolerância na linguagem**. Coleção linguagem & ensino. São Paulo: Contexto, 2012.

LISBOA, Flávia Marinho. **Racismo linguístico e os indígenas Gavião na universidade: língua como linha de força do dispositivo colonial** / Flávia Marinho Lisbôa. - 2. ed. - Salvador: EDUFBA, 2022.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970 – 1990)**. –São Paulo: Paulinas, 2012. –(Coleção educação em foco. Série educação, história e cultura).

NASCIMENTO, G. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. 1. ed. Belo Horizonte: Letramento Editorial, 2019.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Revista Internacional de Ciências Sociais – UNESCO, n. 168, p. 109-141, 2000.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor. 2005.

SILVA, Maurício. Resenha: o caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970 – 1990). **Revista Triângulo**, Uberaba, MG, v.10, n.2, p.186-189, Jul./Dez. 2017.

RECEBIDO EM: 23 de abril de 2025
APROVADO EM: 01 de dezembro de 2025
Publicado em dezembro de 2025